

PROCURAÇÃO EXTRAJUDICIAL

OUTORGANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

OUTORGADO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____

PODERES: O OUTORGANTE nomeia e constitui seu bastante procurador o OUTORGADO, conferindo-lhe poderes para, em seu nome, praticar todos os atos necessários à representação extrajudicial, judicial, administrativa e perante quaisquer órgãos, **públicos ou privados, especialmente, mas não se limitando a:**

1. Representar o OUTORGANTE em quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, órgãos reguladores, cartórios, tabelionatos, instituições financeiras e demais entidades;
2. Assinar documentos, contratos, requerimentos, declarações, petições, termos, acordos, distratos, procurações e quaisquer outros papéis necessários à fiel execução deste mandato;
3. Receber e dar quitação de valores, requerer certidões, retirar documentos e praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para a fiel representação do OUTORGANTE;
4. Constituir advogados, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar todos os atos necessários à defesa dos interesses do OUTORGANTE;

Este mandato é válido por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo pelo OUTORGANTE, mediante comunicação expressa.

Local: _____

Assinatura do Outorgante: _____

Reconheço a firma do outorgante acima assinada.

Cartório de Notas

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/procuracao-extrajudicial/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.